



**FORUM
DE MONITORIA
DO ORÇAMENTO**

RESPOSTA À COVID-19 COM CONTAS CERTAS

**FMO APRESENTA RELATÓRIOS
PROVINCIAIS FINAIS DO
RASTREIO DA DESPESA PÚBLICA
NO ÂMBITO DA COVID-19**

13 de Setembro de 2021

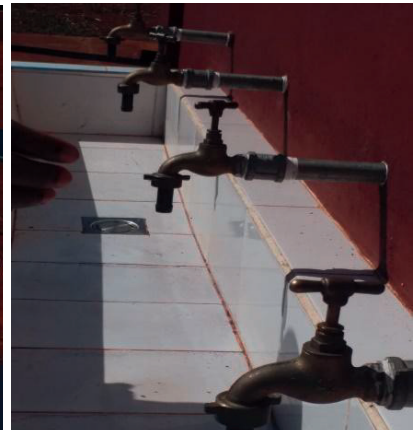
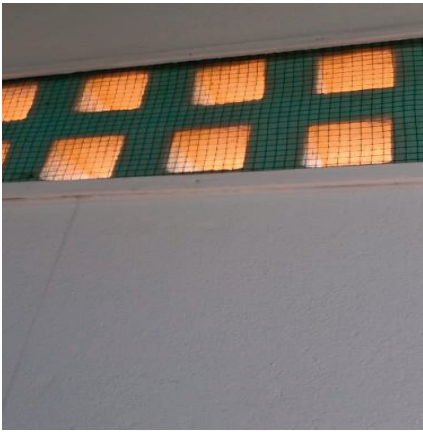


No âmbito da iniciativa política da sociedade civil denominada “Resposta à Covid-19 com Contas Certas”, o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) organizou na terça-feira, 24 de Agosto, a conferência virtual de divulgação de resultados finais da monitoria e rastreio da despesa pública consignada pelo Governo central às províncias para fazer frente aos desafios impostos pelo rápido alastramento e propagação da pandemia da Covid-19.

Esta apresentação dos resultados finais constitui o fecho do projecto implementados com apoio da SDC (Swiss Agency for Development and Cooperation) e da OSISA (Open Society Initiative for Southern Africa), onde para sua materialização, foram estabelecidas parcerias com diversas Organizações da Sociedade Civil baseadas nas províncias: em Gaza com Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), em Inhambane com Associação de Cooperação para o Desenvolvimento (ACOORD), em Manica com a Associação Nacional para o Desenvolvimento Auto-sustentado (ANDA); em Sofala com

a Associação Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário (ANANJIRA); na Zambézia com Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA); em Nampula com Associação Nacional de Extensão Rural (AENA), Facilidade e KULIMA; em Tete com a Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC) e Kubecera-PTRN; no Niassa com Estamos; em Cabo Delgado com Agência de Desenvolvimento Económico Local (ADEL).

A metodologia usada para o trabalho de campo no âmbito do rastreio da despesa pública consignada para cada uma das provinciais consistiu na verificação física quantitativa e qualitativa dos empreendimentos, incluindo a verificação do caderno de encargos, o grau execução conforme o plano pré-estabelecido, a conclusão e entrega das obras, a aceitabilidade pelas autoridades competentes e a verificação de relatório fiscal de obras. Tendo, no entanto, a monitoria e rastreio da despesa pública o objectivo de avaliar os progressos registados na construção e reconstrução de infra-estruturas de saúde e



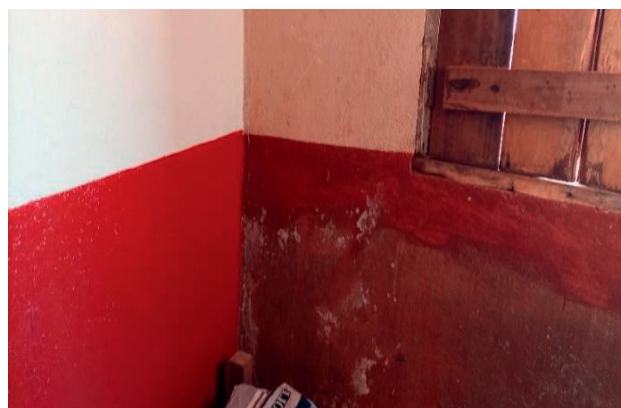
sanitários escolares, visando assegurar não somente que todo o dinheiro colocado à disposição do governo local para mitigar os efeitos da pandemia está a ser efectivamente aplicado para os fins a que foi destinado, mas também verificar a coerência e efectividade da resposta à pandemia da Covid-19.

Dos relatórios obtidos pelos FMO aquando da solicitação de informação feita ao Ministério da Saúde (MISAU), foi possível observar que do total dos fundos alocados ao MISAU, cerca de 67,1% (equivalentes a MZN 2,6 mil milhões) foram administrados a nível central, 31,4% (equivalentes a MZN 1,2 mil milhões) foram alocados às direcções provinciais, 0,8% (equivalentes a MZN 30 milhões) ao Instituto Nacional de Saúde e 0,7% (equivalentes a MZN 27 milhões) ao Hospital Central de Maputo. A província de Tete é tida como a que mais recebeu fundos para o sector da saúde, seguindo-se por Nampula (MZN 27 milhões) e Gaza (MZN 24,4 milhões). Já as províncias de Inhambane (MZN 8,8 milhões) e Zambézia (MZN 8,1 milhões) são as que

menos fundos receberam. Os fundos alocados para a província de Niassa não foram revelados no mapa de execução de fundos solicitados pelo FMO, assim a média por província é de MZN 16.445.226,99 (incluindo Niassa) ou MZN 18.272.474,33 (excluindo Niassa).

Para o sector das obras públicas, com base na informação publicada pelo Ministério da Economia e Finanças, assim como a informação recebida do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos não foi possível estabelecer uma discriminação dos fundos recebidos em cada uma das provinciais.

Durante a realização do trabalho de rastreio da despesa pública em cada uma das provinciais, as Direcção Provincial não apresentaram informação sobre os fundos totais recebidos para este sector afirmando que os fundos foram administrados a nível central. Portanto, apenas foi possível obter o valor global alocado às obras, ou seja, não foi explicado quanto é que foi gasto para aquisição de bens e serviços, quais é que foram custos com a fiscalização das obras, bem



como o valor alocado para cada uma das obras de raiz ou de reconstrução, e nalgum momento, foi observada uma diferença entre o valor global das obras e sanitários escolares com o que teria sido declarado pelas Obras públicas.

Para este sector, foram alocados fundos avaliados em cerca de 3.4 mil milhões, onde 0,56% do total de fundos recebidos (equivalentes a MZN 19 milhões), foram gastos para aquisição de bens e contratação de serviços; 95,71% (equivalentes a MZN 3,31 mil milhões) para a construção e/ou reconstrução de empreitadas; e 3,37% (equivalentes a MZN 129 milhões) para fiscalização de obras.

Para reabilitação e/ou construção de sanitários escolares, o Governo Central disponibilizou para a província de Gaza, um orçamento avaliado em cerca de 397.408.002,38 meticais. Para o sector da saúde, foram disponibilizados cerca de 280.800,00 meticais, o valor foi usado para construção de infra-estruturas de saúde, aquisição de bens e serviços, bem como equipamentos de protecção individual. “Na província de Gaza, a qualidade das obras é desejável, mas há alguns pontos negativos que se podem alistar: (i) mesmo que as obras tenham sido orçamen-

tadas e seja de lai, estas não apresentavam placas de informação; (ii) os pontos de lavagem das mãos não tem uma qualidade desejável, pois que no lugar de colocar azulejos foi pintada com massa de cimento que já esta a desfazer com a pressão de corrente de água; (iii) apenas três é que foram executadas e entregues dentro do período pré-estabelecido; (iv) as actas testemunhas de entregas das obras executadas e concluídas, não mencionam os custos de cada uma das obras o que podemos apurar são os custos globais para execução das empreitadas”

Para a província de Inhambane, o rastreio foi realizado no Distrito do mesmo nome, incidindo sobre as obras de reabilitação de sanitários escolares na Escola Secundária Emília Dausse, Escola Secundária SOS, Escola Secundária 3 de Fevereiro, Escola Secundária de Muelé, e construção de obras de raiz na Escola Secundária de Conguina, Escola Secundária 12 de Agosto, Escola Secundária de Guitambatuno, bem como a abertura de furos de água da Escola secundária 4 de Outubro. Segundo a Directora dos Serviços Distritais de Educação Juventude e Tecnologias, não há detalhes sobre as empreitadas porque as obras for a adjudicadas a nível central.

De forma geral, foi observado que todas obras não possuíam placas informativas fixadas, para além de que o custo específico associado a cada obra de reconstrução ou de raiz não, bem como o custo e abertura de um furo de água não foi fornecida pelas direcções provinciais. Portanto “sou passamos a ter informações relacionados as empreitadas através de uma cópia de um documento, facilitado pela Escola Secundária Emília Dausse, contendo dados gerais do contracto para a empreitada, e outro documento denominado Auto de Pré-Vistoria das obras de Reabilitação dos Sanitários das escolas. Segundo o Chefe da secretaria da Escola Secundária Emília Dausse, este documento teve acesso aquando da entrega da obra”.

A partir deste documento passou-se a saber que: (i) a entidade contratante denomina-se Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento, representado a nível do distrito de Inhambane por Serviços Distritais de Planeamento e Infra-Estruturas; (ii) o dono da obra é o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano representado a nível do distrito pelos Serviços Distritais de Educação Juventude e Tecnologias; (iii) o empreiteiro é MHL Construções e Logística; (iv) o fiscal é a empresa Dora Construções Ltd; (v) a obra Designa-se Obra de Emergência para a Reabilitação e Construção de Sistemas de Abastecimento de Água e Sanitários Escolares no âmbito da Covid-19; (vi) Lote nr 18, abrangendo os distritos de Maxixe, Inhambane, Homoine, Panda, Jangamo, Inharrime e Zavala; (vii) o valor da Empreitada é 190.464.685,75MT (IVA Incluindo); (viii) o Valor da fiscalização é de 35.801.991,80MT (IVA Incluído); (ix) prazo é de 5 meses de 15 de Setembro a 16 de Fevereiro de 2021.

“Por não termos o acesso aos cadernos de encargo não foi possível ter uma base para avaliar as obras, seja as terminas assim como as que estão em curso” Quanto ao processo de gestão do fundo da Covid-19, “não houve muita transparência ao não se envolvimento as instituições a nível da base (DSEJT e Direcções das Escolas) mesmo que fosse só para comunicar o valor de cada obra”. Este facto vem a ser confirmado pelo desconhecimento dos Serviços Distritais de Educação Juventude e Tecnologias e das direcções das escolas, sobre informações básicas

sobre as obras, como por exemplo o orçamento de cada obra, falta de caderno de encargo, desconhecimento dos prazos, entre outros aspectos. “Nos parece que a falta de colocação das placas das obras seja algo propositado, ou pelo empreiteiro ou pelo dono da obra”

Para a província de Manica, especificamente na cidade de Chimoio, foi feito o trabalho de monitoria e rastreio da despesa pública para os empreendimentos, nomeadamente na Escola Secundária Geral de; Escola Secundária Geral Eduardo Mondlane, Escola Secundária Samora Moisés Machel; Escola Secundária American Boaud; Escola Secundária Vila Nova e Escola Secundária 7 de Abril em Chimoio e algumas amostram em Machaze e Sussubdenga. De forma geral, constatamos que as placas ilustrativas de obras não eram específicas por unidade em todas escolas abrangidas.

Estranhamente, em todas obras visitadas consta a mesma descrição nas placas ilustrativas de obras – Construção de 04 blocos de sanitários, 03 sanitários de abastecimentos de águas e reabilitação de sanitários em 37 escolas secundária da província de Manica com um valor total estimado em 199.092.463,54 meticais cujo técnico responsável da obra é Xi Liangang. Para além deste aspecto, a responsabilidade do empreiteiro seleccionado, de acordo com a informação que o ANDA teve acesso visava reabilitar balneários e sistemas de abastecimento de águas para permitir a higienização aos utentes das escolas abrangidas pela pandemia da Covid-19.

Em quase todas escolas visitadas registamos queixas sobre a qualidade da intervenção efectuada como por exemplo apontam, as torneiras não tem qualidade, há evidências de autoclismo que deixaram de funcionar, deficiente sistema de abastecimento de águas e deficientes sistemas de escoamento das águas negras.

Na província da Zambézia foram seleccionadas 27 escolas dos distritos de Inhassunge, Milange, Nicoadala e Alto Molócuè, onde foi feita a verificação qualitativa e quantitativo dos sanitários escolares e das infra-estruturas construídas ou reabilitadas. Cerca de cinco (5) milhões de dólares americanos foram alocados para a construção e reabilitação de sanitários escolares nos quatro (4) distritos, mas as obras estão a decorrer de forma

lenta, para além de que algumas foram abandonadas sem nenhuma explicação. Há ainda obras que foram entregues de forma provisória, sendo que parte delas não dispõem de mecanismos de canalização da água para a lavagem das mãos. Em todas as instituições contactadas a nível distrital e provincial, disseram não ter informação sobre os concursos, mas que tem a percepção de que os concursos foram lançados a nível central, quanto a caderno de nenhuma das instituições contactadas afirmou dispor deste, bem como relatório fiscal de obras.

Na província de Nampula, além da falta de transparência na gestão de fundos públicos, caracterizada pela ausência de cadernos de encargo e relatórios fiscais de obras, constatou-se que algumas obras foram rejeitadas pelas direcções de escolas devido à má qualidade. Por exemplo, as obras executadas na Escola Secundária de Angoche, localizada no distrito com mesmo nome, foram entregues à direcção da escola com problemas de fuga de água nos sanitários; os banheiros do Centro de Reintegração e Educação Inclusiva de Anchilo, distrito de Nampula, foram rejeitadas pela direcção da escola devido a má

qualidade do revestimento do pavimento; as obras feitas no Centro de Saúde Urbano de Nacala foram rejeitadas pelos Serviços Provinciais de Saúde devido à má qualidade. Houve registo de empreiteiros que abandonaram a execução de obras sem nenhuma explicação prévia, obras entregues de forma provisória, sanitários foram entregues sem que tivesse sido montada a canalização para o abastecimento de água, falta de envolvimento de dirigentes locais nos processos.

Na província de Cabo delgado, o rastreio incidiu sobre o distrito de pamba, Mucúfi e Metuge, “tivemos muita dificuldade de obter informação porque dos contactos que fizemos, as empresas foram adjudicadas a nível central e a nível provincial só se fazia o acompanhamento”. As obras e sistemas de abastecimentos de água foram construídas sem que as autoridades locais tivessem conhecimento. Portanto, na cidade de Pamba, as obras não tiveram a qualidade desejável. O material instalado nas casas de banho, foi mal montado, os todos pereceram furados e a verter água. Havia muita queixa por parte dos Directores de escola onde as obras foram intervencionadas devido à qualidade das obras.

Membros do FMO



Contactos

CDD: Organização hospedeira

Editor: Prof. Adriano Nuvunga

Autor: Betuel Chau

📍 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo

☎ +258 21 085 797 ✉ info@cddmoz.org 🌐 www.cddmoz.org

🐦 @CDD_Moz 📺 @CDDMoz 📷 @CDD_Moz

FMO

🌐 www.fmo.org.mz ✉ fmomozambique@gmail.com

📺 FMO.Mozambique 🐦 @FMO_Moz

📺 Youtube